

LEGISLATIVO

GAZETA MERCANTIL

25 JAN 1991

# Congresso

## Falta de acordo com o governo adia leitura do parecer sobre a MP 292

por Marcos Magalhães  
de Brasília

A pedido do governo, o deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), relator da Medida Provisória nº 292, adiou para hoje a leitura em plenário do seu parecer. Mesmo após uma hora e meia de reunião das principais lideranças com o secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir (ver matéria na página 3), permaneceram duas divergências a respeito da nova política salarial: a porcentagem da inflação prevista que corrigirá os salários e o tamanho da margem de erro permitida ao governo na comparação entre a inflação real e a projetada.

"O governo está intransigente e cedeu muito pouco", lamentou Lima no final do encontro. O deputado Humberto Souto (PFL-MG), líder do governo na Câmara, rebateu a acusação. "Fizemos todo o esforço que era possível", disse ele. Apesar da polêmica, não está completamente afastada a possibilidade de votação de um projeto de lei de conversão nesta sexta-feira. Já ficou acertado que o sistema beneficiaria

integralmente os que ganham até cinco salários mínimos. Os salários dos que recebem até vinte mínimos seriam reajustados apenas na parcela correspondente a cinco salários mínimos.

### INFLAÇÃO ESTIMADA

Segundo a proposta elaborada pela equipe econômica, o governo fixaria no início de cada trimestre uma taxa de inflação estimada para o período. A taxa seria dividida em três parcelas mensais, mas apenas 75% da inflação prevista seria imediatamente repassada aos salários. Ao final de três meses, se checaria a diferença entre a inflação real e a projetada. Tudo que ultrapassasse 15 pontos percentuais passaria por um segundo redutor: os salários seriam reajustados também por 85% dessa diferença.

### MARGEM DE ERRO

O PMDB aceitou a tese de repassar aos salários apenas parte da inflação projetada, mas pretendia que o percentual subisse de 75 para 85%. O relator da medida provisória considerou também muito alta a margem de erro de 15 pontos percentuais, ponderan-



Humberto Souto

do que dessa maneira se abria espaço para que o governo subestimasse muito a inflação futura. Lima sugeriu que a margem fosse limitada a 5 pontos percentuais.

### REPOSIÇÃO PARCIAL

De acordo com o relator, a proposta do governo resultaria na concessão aos salários, ao final de cada trimestre, de apenas 63% da inflação real registrada no período. Ele indicou que seu partido aceitaria um acordo que promovesse a reposição de 75% da inflação. A posição do PMDB foi mais tímida que a defendi-

da na reunião pelo sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical. "A proposta do governo seria aceitável se zerasse as perdas de três em três meses", afirmou.

### ACORDO POLÍTICO

Kandir lembrou, por sua vez, que o governo já cedeu duas vezes em relação à questão salarial. Inicialmente, disse ele, se propôs a simples livre negociação salarial. Mais tarde, o governo tornou garantido o piso de um salário efetivo — calculado com base no Fator de Recomposição Salarial (FRS) — na primeira data-base de cada trabalhador. Agora, afirmou, está disposto a defender os salários mais baixos.

### LIMITES

"Reconhecendo que a inflação está num nível alto, o governo promoveu esse novo movimento", disse Kandir. "Fizemos isso em razão da necessidade de chegar a um acordo político", explicou. O secretário afirmou que a proposta de recomposição para os salários mais baixos — até cinco mínimos — seria limitada ao prazo de um ano, depois disso, seria restabelecida a livre negociação.